



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Anápolis – GO

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

CADERNO DE QUESTÕES

28/01/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico e Matemático	11 a 20
Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Anápolis	21 a 25
Noções de Informática	26 a 30
Legislação	31 a 40
Conhecimentos Específicos do Cargo	41 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Corações puros não se corrompem.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Leia a tirinha a seguir.



DAVIS, Jim. *Garfield*. Folha de São Paulo: São Paulo. 11 out. 2004. E9.

O sentido geral dessa tira é construído com base no emprego

- (A) da função apelativa da linguagem.
- (B) do verbo de ligação no terceiro quadrinho.
- (C) do sintagma “com pouca gordura”.
- (D) do substantivo polissêmico “gato”.

Leia o Texto 1 para responder às questões de **02** a **04**.

Texto 1

A reinvenção da vírgula

No começo de 1902, Machado de Assis ficou desesperado por causa de um erro de revisão no prefácio da segunda edição de suas Poesias completas. Dizem que chegou a se ajoelhar aos pés do Garnier implorando para que o editor tirasse o livro de circulação. O aristocrático e impoluto Machado, quem diria. Mas a gralha era mesmo feia. O tipógrafo trocou o “e” por “a” na palavra “cegara”, o revisor deixou passar, e vocês imaginam no que deu.

No nosso caso, o erro não foi nada de mais, nem erro foi, para falar a verdade, apenas um acréscimo besta de pontuação, talvez dispensável, ainda que de modo algum incorreto. Vai o revisor, fiel à ortodoxia da gramática normativa, e espeta duas vírgulas para isolar um adjunto adverbial deslocado, coisa de pouca monta, diria alguém, mas suficiente para o autor sair bradando aos quatro ventos que lhe roubaram o ritmo da sentença. Um editor experiente traria um cafezinho bem doce, a conter o ímpeto dramático do autor de primeira viagem, talvez caçoando, “deixa de onda”, a lembrá-lo – valha-me Deus! – que ele não é nenhum Bruxo do Cosme Velho*. E assim lhe cortando as asas antes do voo.

*Referência à Machado de Assis. Disponível em

<https://jornal.usp.br/artigos/a_reinvencao_da_virgula/>. Acesso em: 13 dez. 2023. [Adaptado].

QUESTÃO 02

No trecho “Vai o revisor, fiel à ortodoxia da gramática normativa, e espeta duas vírgulas para isolar um adjunto adverbial deslocado”, o emprego da palavra destacada atribui sentido

- (A) crítico ao trecho, sugerindo que as orientações da norma-padrão sobre o emprego de vírgulas é algo confuso.
- (B) elogioso ao trecho, explicitando que o autor do texto revisado ficou agradecido a quem colocou as vírgulas.
- (C) humorístico ao trecho, indicando que o texto de que faz parte concretiza o gênero textual anedota.
- (D) irônico ao trecho, mostrando que a colocação das vírgulas foi algo desagradável para o autor do texto revisado.

QUESTÃO 03

No primeiro período do texto, a vírgula é utilizada com a finalidade de

- (A) deixar implícita uma forma verbal.
- (B) indicar um trecho explicativo.
- (C) isolar um aposto temporal.
- (D) isolar um adjunto adverbial.

QUESTÃO 04

No texto, o enunciador utiliza a expressão “Bruxo do Cosme Velho” como uma referência à Machado de Assis. Esse recurso de coesão textual, que consiste no emprego de uma palavra ou expressão para qualificar um referente, é denominado

- (A) elipse.
- (B) epíteto.
- (C) nominalização.
- (D) sequenciação.

RASCUNHO

Leia o Texto 2 para responder às questões 05 e 06.

Texto 2

A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento

Apesar dos seus feitos extraordinários, a ciência enfrenta uma crise de legitimação social no mundo todo. Existe uma descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos. Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento antivacinação ou mesmo a desconfiança sobre o aquecimento global, apesar de todas as evidências científicas em contrário, são exemplos dessa descrença.

IPEA, Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. *A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento*. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2023. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Embora não haja conectivos que evidenciem uma relação sintática entre os dois primeiros períodos do texto, é possível identificar que o segundo período estabelece com o primeiro uma relação semântica de

- (A) causalidade.
- (B) concessão.
- (C) condição.
- (D) contradição.

QUESTÃO 06

No texto, a estrutura “mais do que isso” funciona como um organizador textual que colabora na construção da progressão temática com a finalidade de

- (A) contradizer a ideia anterior.
- (B) estabelecer uma comparação.
- (C) introduzir uma causa.
- (D) retificar uma proposição.

Leia o Texto 3 para responder às questões de 07 a 09.

Texto 3

Os cinco sentidos

Os sentidos são dispositivos para a interação com o mundo externo que têm por função receber informação necessária à sobrevivência. É necessário ver o que há em volta para poder evitar perigos. O tato ajuda a obter conhecimentos sobre como são os objetos. O olfato e o paladar ajudam a catalogar elementos que podem servir ou não como alimento. O movimento dos objetos gera ondas na atmosfera que são sentidas como sons.

As informações, baseadas em diferentes fenômenos físicos e químicos, apresentam-se na natureza de formas muito diversas. Os sentidos são sensores cujo desígnio é perceber, de modo preciso, cada tipo distinto de informação. A luz é parte da radiação magnética de que estamos rodeados.

Essa radiação é percebida através dos olhos. O tato e o ouvido baseiam-se em fenômenos que dependem de deformações mecânicas. O ouvido registra ondas sonoras que se formam por variações na densidade do ar, variações que podem ser captadas pelas deformações que produzem em certas membranas. Ouvido e tato são sentidos mecânicos. Outro tipo de informação nos chega por meio de moléculas químicas distintas que se desprendem das substâncias. Elas são captadas por meio dos sentidos químicos, o paladar e o olfato. Esses se constituem nos tradicionais cinco sentidos que foram estabelecidos já por Aristóteles.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

QUESTÃO 07

O texto explica o que são os cinco sentidos e apresenta sua importância para a sobrevivência humana. Para isso, estrutura-se, predominantemente, por meio de sequências textuais

- (A) argumentativas.
- (B) expositivas.
- (C) dialogais.
- (D) injuntivas.

QUESTÃO 08

No período “É necessário ver o que há em volta para poder evitar perigos”, do primeiro parágrafo do texto, as palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como:

- (A) pronome demonstrativo e pronome relativo.
- (B) pronome oblíquo e conjunção integrante.
- (C) pronome oblíquo e pronome relativo.
- (D) pronome demonstrativo e conjunção integrante.

QUESTÃO 09

O texto permite perceber que a autora

- (A) desconsidera a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (B) ratifica a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (C) rejeita a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (D) ressignifica a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

Porta de colégio

Passando pela porta de um colégio, me veio a sensação nítida de que aquilo era a porta da própria vida. Banal, direis. Mas a sensação era tocante. Por isso, parei, como se precisasse ver melhor o que via e previa.

Primeiro há uma diferença de clima entre aquele bando de adolescentes espalhados pela calçada, sentados sobre carros, em torno de carrocinhas de doces e refrigerantes, e aqueles que transitam pela rua. Não é só o uniforme. Não é só a idade. É toda uma atmosfera, como se estivessem ainda dentro de uma redoma ou aquário, numa bolha, resguardados do mundo. Talvez não estejam. Vários já sofreram a pancada da separação dos pais. Aprenderam que a vida é também um exercício de separação. Um ou outro já transou droga, e com isso deve ter se sentido (equivocadamente) muito adulto. Mas há uma sensação de pureza angelical misturada com palpitação sexual, que se exhibe nos gestos sedutores dos adolescentes. Onde estarão esses meninos e meninas dentro de dez ou vinte anos?

Disponível em: <<https://veredasdalngua.blogspot.com/2013/04/texto-porta-de-colegio-affonso-romano.html>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

O texto acima, considerada sua funcionalidade, sua estrutura composicional e seu tema, concretizando o gênero textual conhecido como

- (A) artigo de opinião.
- (B) carta do leitor.
- (C) crônica.
- (D) editorial.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

De acordo com o censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Goiás aumentou 17,5% no período de 2010 a 2022. Sabendo-se que a população de Anápolis em 2010 era de 334.623 habitantes e supondo que a cidade tenha crescido segundo a mesma taxa de crescimento do estado, qual era a população de Anápolis em 2022?

- (A) 393.182 habitantes.
- (B) 393.972 habitantes.
- (C) 394.162 habitantes.
- (D) 394.752 habitantes.

QUESTÃO 12

Em uma urna há nove bolas brancas, dez bolas pretas e onze bolas verdes. Quantas bolas, no mínimo, devem ser retiradas para que se tenha certeza de que serão obtidas duas bolas da mesma cor?

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.

QUESTÃO 13

Uma criança possui 9 bolinhas brancas, 12 bolinhas pretas e 21 bolinhas amarelas. Ela organizará as bolinhas em caixas, de modo que cada caixa tenha o mesmo número de bolinhas e cada cor fique igualmente distribuída nas caixas. Se ela deve usar a quantidade máxima de caixas possíveis para isso, qual a soma das quantidades de bolinhas brancas, pretas e amarelas que ficarão em cada caixa?

- (A) 3.
- (B) 7.
- (C) 10.
- (D) 14.

RASCUNHO**QUESTÃO 14**

Sabe-se que para produzir uma unidade de queijo, pesando 1 kg, são necessários 10 litros de leite. Um produtor de queijo possui sete vacas leiteiras que dão a ele 30 litros de leite por dia. Supondo que esses números se mantenham por quinze dias, quantas unidades de queijo podem ser produzidas nesse período?

- (A) 310.
- (B) 315.
- (C) 320.
- (D) 325.

QUESTÃO 15

Um carro é vendido de acordo com as seguintes condições:

1. À vista por R\$123.590,00;
2. Entrada de 74.154,00 e segunda parcela, após um mês, de R\$52.017,00.

Qual é, aproximadamente, a taxa de juros aplicada pela loja na opção 2?

- (A) 5,0% ao mês.
- (B) 5,2% ao mês.
- (C) 5,4% ao mês.
- (D) 5,6% ao mês.

QUESTÃO 16

Sabe-se que o número máximo de fios de cabelo que uma pessoa pode ter na cabeça é 150.000. Quantos moradores de Anápolis, pelo menos, possuem o mesmo número de fios de cabelo na cabeça, se essa cidade possui 391.772 habitantes?

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 9.
- (D) 14.

RASCUNHO

QUESTÃO 17

Observe a tabela a seguir.

Mês	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Mínima	19	19	19	18	17	15	15	16	18	19	19	19
Máxima	27	27	27	28	27	27	27	29	30	29	27	26

A tabela acima representa uma série histórica, que se refere às temperaturas mínimas e máximas médias, em graus Celsius, durante o ano em Anápolis. A diferença entre as medianas, em valor absoluto, das temperaturas mínimas e máximas médias, é igual a

- (A) 6,0.
- (B) 7,0.
- (C) 8,5.
- (D) 9,5.

QUESTÃO 18

Uma urna contém uma bola branca, três bolas pretas e três bolas azuis. Duas bolas serão retiradas ao acaso e sem reposição. Qual a probabilidade de que as duas bolas não sejam da mesma cor?

- (A) $\frac{2}{7}$
- (B) $\frac{3}{7}$
- (C) $\frac{4}{7}$
- (D) $\frac{5}{7}$

QUESTÃO 19

Qual a negação da afirmação: "Se ela é anapolina, então é goiana"?

- (A) Ela é anapolina e não é goiana.
- (B) Ela é anapolina ou não é goiana.
- (C) Ela não é anapolina e é goiana.
- (D) Ela não é anapolina ou é goiana.

RASCUNHO**QUESTÃO 20**

Qual é o próximo termo da sequência: 1, 7, 25, 79, ...?

- (A) 239.
- (B) 241.
- (C) 243.
- (D) 245.

RASCUNHO

QUESTÃO 21

A República Federativa do Brasil constitui-se como um Estado Democrático de Direito, o qual se caracteriza por

- (A) ignorar as normas legais estabelecidas, agindo de forma arbitrária.
- (B) priorizar os interesses individuais, favorecendo práticas patrimonialistas.
- (C) garantir a igualdade de todos perante a lei, respeitando os direitos fundamentais.
- (D) permitir a concentração de poderes nas mãos de um órgão governamental.

QUESTÃO 22

Leia o texto a seguir.

A abreviação TICCA se refere a Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais. Essas áreas e territórios também são conhecidos como territórios de vida, onde vivem comunidades e grupos de pessoas que possuem forte conexão com o local.

Disponível em:

<<https://tonomapa.org.br/ticcas/#:~:text=A%20abrevia%C3%A7%C3%A3o%20TICCAse%20se%20refere,forte%20conex%C3%A3o%20com%20o%20local>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Um exemplo de Território e Área Conservada por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (TICCA) e Locais situado no estado de Goiás é

- (A) a terra indígena Krenak.
- (B) a terra indígena Munduruku.
- (C) o território quilombola de Tapuio.
- (D) o território quilombola Kalunga.

QUESTÃO 23

Leia o texto a seguir.

O Cerrado é o segundo maior bioma terrestre do país. Ocupa cerca de 22% do território nacional, alcançando as cinco regiões brasileiras.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/11/28/Por-que-%C3%A9-importante-conservar-a-vegeta%C3%A7%C3%A3o-do-Cerrado?posicao-centro=1>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Além de Goiás, o cerrado também está presente no estado do

- (A) Maranhão.
- (B) Amazonas.
- (C) Rio de Janeiro.
- (D) Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 24

As políticas governamentais promovem práticas sustentáveis de acesso à energia, à equidade social e à mitigação de desafios ambientais, por meio

- (A) do estabelecimento de políticas públicas ambientais sem considerar aspectos sociais.
- (B) da promoção de incentivos para energias limpas e programas de acesso equitativo para regiões carentes.
- (C) da regulamentação de leis que permitem o aumento das emissões de gases de efeito estufa.
- (D) do fornecimento de subsídios financeiros para o desenvolvimento de energias não renováveis.

QUESTÃO 25

O *machine learning* é uma ferramenta crucial no desenvolvimento tecnológico contemporâneo e tem um impacto significativo no meio social, pois

- (A) restringe o acesso tecnológico, tornando as operações mais complicadas para os usuários.
- (B) opera de forma analógica, processando informações de maneira contínua e fluida, sem depender da digitalização dos dados.
- (C) afeta a dinâmica de inovação, tornando as tecnologias existentes mais estáticas e menos flexíveis.
- (D) permite que sistemas reconheçam padrões e tomem decisões com base em dados, influenciando a personalização de serviços.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

Extensões de arquivos diferenciam os tipos de arquivos e indicam a codificação do seu conteúdo. São exemplos de duas extensões próprias aos arquivos de imagens:

- (A) PNG e CSV.
- (B) BMP e PDF.
- (C) EPS e PHP.
- (D) GIF e JPG.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

Um usuário do sistema Windows, que até então residia em Brasília-DF, recebeu uma proposta para trabalhar em Cuiabá-MT. Após se mudar, percebeu um problema de configuração no Windows, pois era exibido o horário da sua antiga cidade.

Sabendo que a configuração de fuso horário para Brasília no Windows é UTC-03:00, e que Cuiabá está no fuso horário imediato à esquerda de Brasília no mapa, a configuração de fuso horário deve ser ajustada para

- (A) UTC-01:00.
- (B) UTC-02:00.
- (C) UTC-04:00.
- (D) UTC-05:00.

QUESTÃO 28

Seja um arquivo com extensão DOC, cujo conteúdo é o próximo livro de um promissor escritor de manuscritos de ficção científica. O editor do livro solicitou ao escritor um arquivo ZIP com o conteúdo do livro. Uma característica típica para arquivos ZIP gerados a partir de arquivos DOC é

- (A) ter tamanho em bytes inferior ao arquivo original.
- (B) ser a versão do documento assinada digitalmente.
- (C) ter compatibilidade com qualquer editor de texto.
- (D) ser a versão do documento adequada à impressão.

RASCUNHO**QUESTÃO 29**

Ao editar um texto editorial, o autor deparou-se com a demanda para que, em vários locais no texto do arquivo, haja acessos diretos a páginas da Web e a outros arquivos. Uma forma simples e objetiva para lidar com esse intento é

- (A) acrescentar capitulares.
- (B) adicionar hiperlinks.
- (C) incluir objetos online.
- (D) inserir referências cruzadas.

QUESTÃO 30

Leia o texto a seguir.

Um usuário está desenvolvendo uma planilha eletrônica no Excel, a qual possui conteúdo textual em várias de suas células. Uma das necessidades é ter buscas por palavras específicas e existentes nessas células, mas sem diferenciar letras maiúsculas de letras minúsculas nas buscas.

Uma função para suprir essa necessidade é

- (A) LOCALIZAR.
- (B) ESCOLHER.
- (C) PROCURAR.
- (D) ENCONTRAR.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, com as alterações feitas pela Lei nº 14.230/2021, consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11. Assim, conforme previsão do artigo 11, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por

- (A) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros.
- (B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (C) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (D) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

QUESTÃO 32

A Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, estabelece regras de restrição a certas informações, observado o teor e em razão da imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado. Tais informações sensíveis poderão ser classificadas como ultrassecreta, secreta ou reservada e podem ser restritas, com amparo no dispositivo constitucional supra. Ao disciplinar a restrição de acesso por meio da classificação de informações, a Lei de Acesso à Informação estabeleceu hipóteses de restrição. Estão sujeitas à classificação, portanto, as informações que possam

- (A) prejudicar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, não abrangendo sistemas, bens e instalações de interesse estratégico nacional.
- (B) comprometer atividades de inteligência, investigação em andamento, relacionadas a infrações que envolvam exclusivamente agentes públicos.
- (C) colocar em risco a condução de relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por organismos internacionais.
- (D) expor informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil.

QUESTÃO 33

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel da União, Estados-Membros, municípios e Distrito Federal, cujos entes possuem competências instituídas pela Constituição Federal de 1988. O texto constitucional as divide em legislativas ou processuais, não-legislativas ou materiais. De acordo com o que está disposto no Título III da Organização do Estado, a competência legislativa dos entes federativos, trata-se daquela constitucionalmente definida para elaborar leis, distribuídas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com a matéria, podendo ser privativa, exclusiva ou concorrente. Nesses termos, a competência legislativa concorrente da União pode ser

- (A) assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios e se refere à possibilidade de elaboração de normas gerais, instituídas no artigo 24 da Constituição Federal.
- (B) suplementada pelos Estados e Distrito Federal, configurando repartição vertical de competência, conforme o artigo 24 da Constituição Federal.
- (C) delegada, por meio de lei ordinária, aos Estados e ao Distrito Federal, para assuntos que demandam tratamento uniforme, nos termos do artigo 21 da Constituição Federal.
- (D) exercida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, caracterizando divisão vertical de competência, de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal.

QUESTÃO 34

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece em suas normas gerais, a Administração Pública direta e indireta, bem como elenca disposições sobre servidores públicos. Especificamente sobre a investidura dos agentes públicos, os incisos I e II do dispositivo legal assegura que a investidura em cargo ou emprego público é acessível

- (A) a todas as pessoas após aprovação em concurso público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, sem exceções ou ressalvas.
- (B) às pessoas com deficiência, de acordo com percentual reservado em lei, salvo funções de confiança, que terá critérios específicos de admissão.
- (C) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, quando houver lei expressamente autorizando.
- (D) aos servidores efetivos, somente, em cargos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade excepcional e temporária do Poder Público.

QUESTÃO 35

Leia o texto a seguir sobre a definição de atos administrativos.

“[...] toda manifestação unilateral de vontade da Administração, ou de quem lhe faça as vezes, que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados, passível de reapreciação pelo Poder Judiciário”.

SPITZCOVSKY, Celso. *Esquematizado – Direito Administrativo*. 5 ed. Editora Saraiva, 2022.

Conforme exposto no texto, as espécies dos atos administrativos se diferenciam pelo conteúdo do ato emanado. Dessa forma, são espécies de atos administrativos os punitivos, os enunciativos, os ordinatórios, os normativos e os negociais. Os últimos – atos negociais – são indispensáveis à manifestação de vontade da Administração Pública. Mediante o exposto, quanto ao conceito e aplicabilidade dos atos administrativos negociais, eles são entendidos como aqueles

- (A) em que a Administração Pública se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir opinião sobre determinado assunto, no exercício de função consultiva.
- (B) que representam uma declaração de vontade do poder público coincidente com a pretensão do particular, que venham também a preservar os interesses da coletividade.
- (C) que contêm uma sanção aos que descumprirem normas legais ou administrativas, quando a Administração Pública faz uso do seu poder hierárquico.
- (D) cujos ajustes são fixados de acordo com condições estabelecidas bilateralmente pela própria Administração e pelo particular contratante.

QUESTÃO 36

A anulação trata-se da forma de desfazimento dos atos administrativos nas situações em que são verificadas ilegalidades. Nesse sentido, a Lei nº 9.784/1999 estabelece ao administrador a perspectiva de anular seus próprios atos. A anulação de atos gera efeitos jurídicos para a Administração Pública e os administrados. Assim, uma vez anulados os atos administrativos, seus efeitos

- (A) retroagem à data da declaração da nulidade, não garantindo legalidade e aplicabilidade aos atos administrativos anteriormente praticados.
- (B) geram direitos ou obrigações para as partes, apesar de não criar situações jurídicas definitivas, admitindo-se sua convalidação.
- (C) prevalecem, após a anulação, em todos os casos, quando há prejuízo comprovado sobre direitos dos administrados.
- (D) preservam os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé, sob pena de violação do princípio da segurança jurídica.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

Uma servidora pública efetiva da Câmara Municipal de Anápolis, adquiriu, durante o exercício do cargo público, imóveis de luxo em condomínio horizontal de alto padrão nos arredores da cidade. Ao declarar seus bens, foi possível constatar que os imóveis adquiridos são avaliados em valores bem superiores à evolução de seu patrimônio e da sua renda.

Juridicamente, tendo como base as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), em tese, ela praticou

- (A) ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, cujas sanções consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e, quando for o caso, ressarcimento integral do dano.
- (B) falta disciplinar e ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, ambos puníveis com pena de demissão, sem possibilidade de reversão, ainda que tenha declarado os bens.
- (C) ato de improbidade administrativa por dano causado ao Erário, cujas sanções, consistem em ressarcimento integral do dano, demissão, multa civil e cassação dos direitos políticos.
- (D) falta disciplinar, punível com sanção administrativa de suspensão de cento e vinte dias, mas não praticou ato de improbidade administrativa, pois não se trata de enriquecimento ilícito, uma vez que declarou os bens.

RASCUNHO

QUESTÃO 38

Leia o texto a seguir.

Com efeito, as várias competências previstas na Constituição para a União, Estados e Municípios são distribuídas entre seus respectivos órgãos, cada qual dispendo de determinado número de cargos criados por lei, que lhes confere denominação própria, define suas atribuições e fixa o padrão de vencimento ou remuneração. [...] Durante muito tempo, essa unidade de atribuições correspondia ao cargo e era atribuída ao funcionário público sob regime estatutário. Quando se passou a aceitar a possibilidade de contratação de servidores sob o regime da legislação trabalhista, a expressão “emprego público” passou a ser utilizada, paralelamente à “cargo público”, também para designar uma unidade de atribuições, distinguindo-se uma da outra pelo tipo de vínculo que liga o servidor ao Estado.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. 36 ed. Grupo GEN, 2023.

A partir das considerações acima, a Administração Pública passou a adotar dois regimes jurídicos distintos, dependendo da categoria de agentes públicos, quais sejam, estatutário ou celetista. Nestes termos, a Administração Pública pode adotar regime jurídico

- (A) estatutário aos servidores da União, Estados e Municípios, bem como aos particulares em exercício de função pública.
- (B) celetista aos servidores públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) celetista aos servidores que ocupam cargos públicos, tanto na Administração Pública Direta ou Indireta.
- (D) estatutário aos empregados públicos, que possuem vínculo empregatício com qualquer ente estatal.

RASCUNHO**QUESTÃO 39**

A Lei Orgânica do Município de Anápolis estabelece no Art. 45 as disposições sobre a instalação, funcionamento e poderes das Comissões Especiais de Inquérito na Câmara Municipal. Nos termos do referido texto legal, tais Comissões terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de

- (A) 2/3 de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo indefinido, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (B) 1/3 de seus membros, para a apuração de fato determinado e por indefinido, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Poder Judiciário, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (C) 1/3 de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (D) 2/3 de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Poder Judiciário para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

QUESTÃO 40

Segundo disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, vereadores são agentes políticos, que exercem mandato legislativo eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto. Desde a posse, nos termos ao Art. 68 do Regimento, nenhum vereador poderá

- (A) adquirir propriedade imóvel, superior a cinquenta hectares, fora da circunscrição do Município de Anápolis, no qual deve obrigatoriamente residir.
- (B) ocupar cargo, função ou emprego, que seja efetivado por aprovação em concurso público, nas entidades da Administração Pública direta ou indireta federais e estaduais.
- (C) deixar de patrocinar causa em que seja interessada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sempre que convocado.
- (D) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.

QUESTÃO 41

O sistema de direção, monitoramento e incentivo, compreendendo princípios, regras, processos e estruturas que envolvem a gestão de relacionamento entre sócios, assembleia, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização, controle e demais partes interessadas (*stakeholders*), de empresas e organizações, denomina-se

- (A) governança corporativa.
- (B) sistema de gestão integrada.
- (C) sistema de controle interno.
- (D) gestão estratégica de pessoas.

QUESTÃO 42

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, segundo a Constituição Federal, não pode exceder os limites estabelecidos em

- (A) decreto do executivo.
- (B) lei complementar.
- (C) portaria interministerial.
- (D) convenção trabalhista.

QUESTÃO 43

Leia o texto a seguir.

De acordo com um dos princípios constitucionais da administração pública, as ações do agente público estão condicionadas à permissão da lei. Por outro lado, ao ente privado, a lógica da licitude das ações se encontra em fazer tudo que não estiver proibido em lei.

O princípio da administração pública abordado no texto acima diz respeito à

- (A) moralidade.
- (B) pessoalidade.
- (C) probidade.
- (D) legalidade.

QUESTÃO 44

O instrumento legal de planejamento governamental com vigência anual, cujo objetivo é estimar a receita e programar as despesas públicas para cada exercício financeiro é

- (A) o Plano Plurianual (PP).
- (B) a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (D) a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB).

QUESTÃO 45

Quanto à origem do controle, o controle administrativo das ações governamentais exercido no âmbito da própria administração é o controle

- (A) externo.
- (B) interno.
- (C) social.
- (D) financeiro.

QUESTÃO 46

Leia o texto a seguir.

O artigo 31 da Constituição Federal confere ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás o papel de auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo da fiscalização da administração municipal. Responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais); Empresas Públicas; Fundações; Autarquias; Fundos; Institutos de Previdência; Fundos Municipais de Saúde; Fundos Municipais de Assistência Social; Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundos Municipais de Habitação de Interesse Social; Fundos Municipais de Educação e Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Tribunal fiscaliza um total de 1.900 entidades, com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Disponível em: <<https://www.tcmgo.tc.br/site/o-tcm/competencia-e-organizacao/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

No controle da atuação da administração pública, é função do TCM-GO

- (A) exercer o controle social sobre a administração dos municípios goianos.
- (B) emitir parecer prévio nas contas trimestrais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal.
- (C) exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das prefeituras, órgãos públicos estaduais e câmaras municipais.
- (D) apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

QUESTÃO 47

A manifestação unilateral de vontade da administração pública a qual produz efeitos jurídicos e tem como finalidade o interesse público é denominada de

- (A) ato legislativo.
- (B) contrato administrativo.
- (C) ato administrativo.
- (D) termo de cooperação.

QUESTÃO 48

O exame independente e objetivo de avaliação e consultoria de uma situação ou condição, na gestão de uma organização, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado, visando agregar valor à gestão e melhorar as operações desta organização, auxiliando-a a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, denomina-se

- (A) auditoria.
- (B) prestação de contas.
- (C) relatório de gestão.
- (D) gestão.

QUESTÃO 49

A efetivação do poder de polícia do Estado atribuída a um órgão ou agente público para exercício de um controle, seja na forma de auditoria, de inspeção ou outra, é denominada de

- (A) prestação de contas.
- (B) relatório de gestão.
- (C) fiscalização.
- (D) consultoria.

QUESTÃO 50

Os tipos de auditoria, segundo a Constituição Federal são:

- (A) financeira, operacional, tributária, interna e externa.
- (B) patrimonial, concomitante, prévia, a posteriori e motivada.
- (C) tributária, interna, legislativa, externa e judiciária.
- (D) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

RASCUNHO**QUESTÃO 51**

Observe a imagem a seguir.

Técnica Bow Tie - Análise de Risco



Disponível em: <<http://www.arrudaconsult.com.br/2020/03/analise-de-risco-tecnica-bow-tie.html>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Na análise dos riscos que estão sujeitos as ações, as atividades, os processos ou os projetos de uma organização, o evento incerto que poderá afetar os objetivos organizacionais é

- (A) o problema.
- (B) a causa.
- (C) o impacto.
- (D) o risco.

QUESTÃO 52

Leia o texto a seguir.

Às atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos dá-se o nome de Gestão de Riscos. O processo de avaliação de riscos é o processo global de identificação, análise e avaliação de riscos. A organização deve ser capaz de avaliar, segundo critérios pré-estabelecidos os riscos inerentes aos processos, às atividades e aos projetos das diversas áreas de atuação, estabelecendo tratamentos preventivos ou reativos para controlar os níveis de risco, bem como monitorar periodicamente estes níveis e a efetividade dos controles estabelecidos.

No processo de gerir riscos, a avaliação de riscos, o estabelecimento de controles e as atividades de monitoramento

- (A) devem ser realizados por uma pessoa ou área específica que levantará todos os riscos da organização e fará sua gestão, sem necessariamente apoio da alta gestão.
- (B) são consideradas atividades reativas, tendo em vista que é necessária a ocorrência do risco para posteriormente definir-se os controles necessários.
- (C) devem ser aplicados unicamente nas áreas de gestão operacionais da organização, não tendo impacto significativo nas áreas finalísticas.
- (D) auxiliam a organização no alcance de seus objetivos e na tomada de decisões fundamentadas.

QUESTÃO 53

Leia o texto a seguir.

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade. A União, cada estado e cada município elaboram anualmente seu orçamento.

Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

No planejamento, na execução e no controle do orçamento público brasileiro, deve-se considerar que

- (A) a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária poderá ocorrer apenas de forma prévia e concomitante, tendo em vista que não há o que se verificar depois da execução orçamentária de fato.
- (B) a prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- (C) ao sistema de controle interno de cada poder compete exclusivamente a fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente, quando o montante da despesa com pessoal ultrapassar 90% (noventa por cento do limite legal).
- (D) a Lei de Responsabilidade Fiscal é obrigatória, na União, para o poder executivo, legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), judiciário e para o Ministério Público Federal e é de aplicação facultativa para os poderes municipais.

QUESTÃO 54

A fase preparatória do processo licitatório, regido pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é caracterizada

- (A) pelo planejamento.
- (B) pela contratação.
- (C) pela dispensa.
- (D) pela inexigibilidade.

QUESTÃO 55

Leia o texto a seguir.

Contrato administrativo é um tipo de avença travada entre a Administração e terceiros na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo de objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas sujeitam-se a cambiáveis imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratado privado.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 615.

Na gestão pública, os contratos administrativos, possuem como característica formal o fato de

- (A) serem regulados unicamente pelas cláusulas da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nº 14.133/2021, não podendo ser aplicados, em nenhuma hipótese, os princípios do direito comercial privado.
- (B) terem a necessidade de mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.
- (C) serem construídos na forma escrita e juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, sem obrigatoriedade de serem divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- (D) terem que estabelecer de forma sucinta as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades apenas do contratado.

QUESTÃO 56

As medidas e as ações estabelecidas para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil, classificando-se em procedimentos de prevenção e de detecção, denominam-se

- (A) procedimentos de controle.
- (B) avaliações de riscos.
- (C) mapeamentos de riscos.
- (D) sistemas de comunicação.

QUESTÃO 57

Leia o texto a seguir.

A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.

Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:419-43>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Na contabilidade pública, o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto a sua aprovação quanto a sua execução, configuram o aspecto

- (A) orçamentário.
- (B) financeiro.
- (C) patrimonial.
- (D) fiscal.

QUESTÃO 58

Uma obrigação presente, derivada de evento passado, na contabilidade pública, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade será contabilizada como

- (A) receita.
- (B) ativo.
- (C) recurso.
- (D) passivo.

QUESTÃO 59

A LAI (Lei de Acesso à Informação), Lei Federal nº 12.527/2011, regula o direito fundamental de acesso à informação. Este direito deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com a diretriz

- (A) da observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (B) da divulgação de informações de dados pessoais sensíveis mediante solicitações.
- (C) do desenvolvimento do controle social da administração pública.
- (D) da proibição da utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

QUESTÃO 60

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos à administração previstos na Lei Anticorrupção, Lei Federal nº 12.846/2013, que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo. Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de

- (A) dois anos contados do início da vigência do contrato administrativo celebrado pela administração pública.
- (B) três anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- (C) quatro anos contados do início da vigência do acordo com a administração pública.
- (D) cinco anos do fato gerador da efetivação do ato contra a administração pública.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

CARGO: Analista de Controle Interno - Superior

Questão 01

Leia os textos a seguir.

Texto I

Alguns supermercados e lojas comerciais em todo o mundo, inclusive no Brasil e em Anápolis, colocaram caixas 'self-service' para que os clientes possam pagar suas próprias compras sem precisar interagir com uma pessoa para controlar e registrar os produtos. Tradicionalmente, no caso destes estabelecimentos, o controle é exercido por um funcionário no caixa, e a inovação é deixar o próprio consumidor controlar o processo de compra e pagamento, utilizando-se do princípio da confiança na integridade do cliente. Não obstante, verifica-se que os sistemas de autoatendimento têm alguns controles ao longo da operação e os estabelecimentos colocam funcionários orientando e fiscalizando o processo.

Texto II

Lei que agiliza processamento do ITCD é sancionada pelo Executivo

Foi sancionada pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial a Lei Estadual nº 21.915, (...), que trata do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

(...), o dever de apuração e pagamento do imposto será atribuído ao contribuinte, sem qualquer participação prévia da Administração Tributária, exceto pela disponibilização do sistema informatizado em que se dará todo o trâmite da declaração e do pagamento do imposto.

(...) Caso seja constatada diferença a menor entre o imposto devido e o montante calculado e pago pelo sujeito passivo, a diferença será lançada de ofício no prazo decadencial.

Disponível em:

<<https://portal.al.go.leg.br/noticias/132817/lei-que-agiliza-processamento-do-itcd-e-sancionada-pelo-executivo>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

A partir dos textos apresentados, discorra sobre as vantagens e desvantagens para o consumidor/cidadão ou para a organização/administração pública deste tipo de controle baseado no ambiente de controle (ética e integridade) e no princípio da confiança, citando ao menos uma vantagem e uma desvantagem.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30